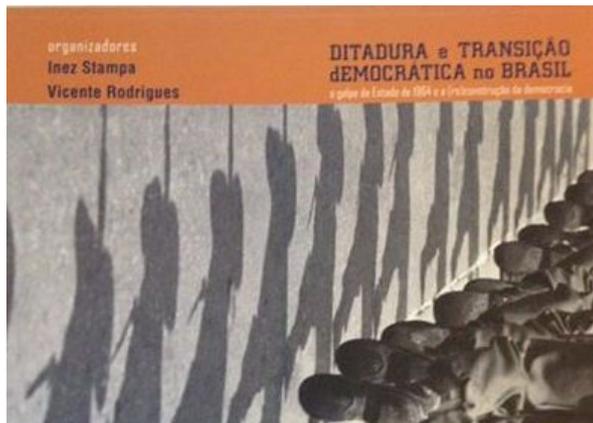


LIVROS RECEBIDOS

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente A. C. (Orgs.) **Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

Coletânea de pesquisas apresentadas no I Seminário Internacional Documentar a Ditadura, realizado no Arquivo Nacional no período de 4 a 6 de junho de 2013

Disponível para venda no Arquivo Nacional



Ditadura e transição democrática no Brasil no contexto dos 50 anos do golpe de Estado de 1964

INEZ STAMPA *

VICENTE A C RODRIGUES **

O dia primeiro de abril de 2014 completou cinquenta anos do golpe de Estado de 1964. A grande mídia, de forma geral, relembrou este sombrio episódio que o país viveu. Cinquenta anos do golpe que tirou João Goulart à força do poder. Goulart, um presidente legítimo.

Em 13 de maio de 2014 o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas completou cinco anos.

Por ocasião do cinquentenário do golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, o Seminário “Ditadura e Transição Democrática – 5 anos do Memórias Reveladas nos 50 anos do golpe de 1964”, realizado no Arquivo Nacional entre os dias 12 a 16 de maio de 2014, colocou em perspectiva a criação do Centro de Referência Memórias Reveladas e a instalação da Comissão Nacional da Verdade, bem como a promulgação da Lei de Acesso a

Informações, iniciativas compreendidas como de grande importância para o exame e reparação do sombrio legado da ditadura estabelecida em 1964.

Diante do 50º aniversário do golpe, e passados cinco anos da criação do Memórias Reveladas, tornou-se importante avaliar os avanços atingidos pelas referidas iniciativas na consolidação da democracia brasileira, em particular no que se refere ao acesso a informações produzidas pelo Estado e à promoção dos direitos humanos. O balanço não se completaria, entretanto, desacompanhado da reflexão sobre os anos de autoritarismo político, cuja compreensão aprofundada se faz indispensável para observar de forma crítica o processo de transição democrática ainda em curso no país, discernindo seus sucessos e obstáculos.

A partir de uma perspectiva multidisciplinar, portanto, e sem perder de vista a preservação e divulgação das

fontes documentais enquanto requisito para a promoção da democracia, o evento reuniu acadêmicos e profissionais que atuam no campo dos direitos humanos, promovendo debates sobre os temas levantados. O encontro aproximou o público, assim, de algumas das principais medidas, criadas no atual Estado democrático, para a revisão do passado recente do país, bem como das questões que mais perto lhes tocam.

Entre 1964 e 1985 a ditadura interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira.

O golpe estabeleceu no Brasil uma ditadura que permaneceu até 1985. E esse é um aspecto interessante, pois há uma geração, principalmente a nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre o regime de exceção, e outra, que passou pelo período da ditadura, e, também de forma geral, olha para a nossa democracia como um processo em construção.

A proposta desta coletânea é apresentar diferentes reflexões sobre o regime de exceção estabelecido, no Brasil, no período de 1964-1985, bem como debater o processo de transição democrática que ocorreu – ou vem ocorrendo - em nosso país, valorizando, também, a utilização de fontes documentais do período. Busca-se, com isso, lançar luz sobre esse período sombrio da história do Brasil, promovendo, por outro lado, uma análise crítica do processo de construção da democracia brasileira.

Os artigos buscam demonstrar, também, que durante a ditadura muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e outras pessoas de vários setores da sociedade lutaram pelo restabelecimento da democracia.

Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Para sobreviver, inúmeros brasileiros foram obrigados a se exilar. Sem contar aqueles que, geralmente, não são contabilizados, como os povos indígenas e camponeses.

Por essas razões, torna-se de grande importância conhecer melhor o golpe perpetrado contra o Estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram a ele, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a sociedade em geral possa refletir sobre a construção sócio-histórica do país. Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação decisiva de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso da força militar.

Identificar a participação de relevantes atores para além dos militares no episódio permite afirmar que não se sustenta a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/“terrorista” e outro que defendia uma ordem democrática.

Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de repressão e de terror, aplicados por meio de atos institucionais e extrainstitucionais, que sufocaram lideranças políticas e ensejaram o surgimento de personagens destituídos de ética e de civilidade.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente relevante, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na

maioria dos processos históricos contemporâneos. Isso permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto atual.

E a memória, cabe apontar, é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Dessa forma, a memória joga papel fundamental no processo de auto-reconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade. Conforme apontam Paulo Abrão e Marcelo Torelly:

[...] lembrar ou esquecer, individual e/ou coletivamente, implica em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo. Mais ainda: nossas lembranças são determinantes para a orientação de nosso agir (ABRÃO e TORELLY, 2010, p.107)¹.

Dessa forma, a adoção de políticas de memória, busca da verdade e justiça, específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são

necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública ou privada, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc.

Esse “dever cívico” ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Contudo, se a recente ditadura brasileira deixou-nos, como sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul, é verdade, também, que a abertura e divulgação destes documentos deram-se de maneira relativamente tardia, principalmente a partir da entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso a Informações (lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011).

Fato que também merece destaque no âmbito dessa discussão é a instituição da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei n. 12.528 de 18 de novembro de 2011, e instalada em 16 de maio de 2012. Nesta esteira, várias iniciativas congêneres foram se estabelecendo no país, como a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV Rio), a

¹ ABRÃO, P. e TORELLY M. D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, B. de S. et. al. (Orgs.). *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2010.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (PE), a Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça de Goiás, o Comitê Paraense em Defesa da Comissão da Verdade Paulo Fonteles e a Comissão da Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, por exemplo, além de várias comissões da verdade em universidades, centrais sindicais, dentre outras.

Diante desse quadro, torna-se urgente promover o contato da sociedade com essa temática, facilitando o acesso às fontes já existentes, as que vêm sendo produzidas por pesquisas acadêmicas e as que estão sendo descobertas nas atividades desenvolvidas pelas diversas comissões da verdade, estimulando a sua divulgação e apoiando iniciativas voltadas para a reflexão e análise das informações nelas contidas.

Com esse propósito, os artigos publicados na coletânea Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia promovem uma reflexão plural e interdisciplinar sobre o período do regime militar, articulando análises sobre os documentos e arquivos criados pelas instituições militares e civis que serviam ao governo autoritário e, por outro lado, pelos grupos e indivíduos que a ele resistiram. Neste sentido, foram trazidos para o debate especialistas nacionais e estrangeiros na temática da repressão imposta pela ditadura e sobre movimentos que a ela se opuseram, bem como sobre a recente justiça de transição no Brasil.

Dessa forma, foram reunidos artigos de profissionais, pesquisadores e estudantes, brasileiros e estrangeiros, inseridos nos campos da história, das ciências sociais e política, do direito, da ciência da informação, da arquivologia, e de outras áreas, com variadas experiências e pontos

de vista sobre o tema. Contamos com a valorosa colaboração de Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster, Glenda Mezarobba, Esther Kuperman, Marco Aurélio Santana, Luiz Augusto Gollo, Jaime Antunes da Silva, Heliene Chaves Nagasava, Rodrigo de Sá Netto, San Romanelli Assumpção, Inez Stampa, Paulo Ribeiro da Cunha, Vicente A. C. Rodrigues, Carmen Tereza Coelho Moreno e Fabiola Heredia.

O ponto de convergência das diversas reflexões aqui apresentadas - motivadas inicialmente pela efeméride dos cinco anos de criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, no mesmo ano em que o golpe de 1964 completava cinquenta anos - foi marcado pelo debate em torno do último regime ditatorial brasileiro, bem como pelos movimentos sociais, grupos e indivíduos que a ele resistiram, além de abordagens sobre a justiça de transição no Brasil e, em especial, sobre a Comissão Nacional da Verdade e o acesso a informações sobre a ditadura - tudo para que as políticas do esquecimento não triunfem, e para que a história não se repita, seja como tragédia ou como farsa.

* **INEZ STAMPA** é Graduada em ciências sociais e em serviço social pela UERJ, é servidora do Arquivo Nacional, atuando na coordenação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. É doutora em serviço social pela PUC-Rio, onde é professora do Departamento de Serviço Social com inserção na graduação e na pós-graduação.

** **VICENTE A C RODRIGUES** é Graduado em direito pela UFRJ, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em direito da UFRJ e membro do grupo de pesquisa do CNPq Trabalhadores e Ditadura Civil-Militar no Brasil, da PUC-Rio. Assessor da Direção-Geral do Arquivo Nacional para o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas.